

FH defende união de gays

Presidente apóia mudança de registro de transexuais e criará cotas para negros e mulheres

Evandro Éboli e Cristiane Jungblut

BRASÍLIA

Ao erguer a bandeira de seis cores que simboliza o movimento gay, o presidente Fernando Henrique Cardoso encerrou ontem a cerimônia de lançamento do novo Programa Nacional de Direitos Humanos ressaltando o apoio do governo ao projeto de lei que reconhece a união civil de homossexuais, de autoria da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT). O projeto tramita no Congresso desde 1996, mas é a primeira vez que o governo assume o apoio à proposta.

No documento, o Ministério da Justiça se compromete ainda a apoiar a mudança do registro civil para transexuais e se empenhar para tirar do Código Penal Militar a palavra "pederastia" (atualmente crime passível de expulsão das Forças Armadas).

A cerimônia de lançamento do plano foi acompanhada por vários grupos que representam homossexuais, mulheres, deficientes e negros. Fernando Henrique ganhou a bandeira de Welton Trindade, presidente do Grupo Estruturação, de Brasília. Soridente, abriu a bandeira e posou para os fotógrafos. Segundo Trindade, Fernando Henrique foi supersimpático.

— Ressalto, entre os pontos do programa, a recomendação para que o governo apóie o projeto de lei que trata da união civil de pessoas do mesmo sexo — disse o presidente.

Antes da solenidade, a expectativa dos grupos era ouvir, pela primeira vez, um presidente da República pronunciar a expressão homossexual.

— Seria o máximo para nossa luta — disse o sociólogo Luiz Mott, presidente do Grupo Gay da Bahia.

Ao perceber que Fernando Henrique preferia a expressão "pessoas do mesmo sexo", lamentou:

— O tabu continua.

Os ativistas aprovaram as intenções do governo anunciadas, como os programas de prevenção e combate à violência contra gays e a capacitação de profissionais de educação, juízes e policiais no combate a estereótipos depreciativos com relação aos homossexuais.

Cota começa em 60 dias no funcionalismo

- Na cerimônia, o presidente deu prazo de 60 dias para que todo o serviço público federal comece a destinar 20% de suas vagas para os negros. Durante esse período, um grupo comandado pelo secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, vai estabelecer as regras para essas contratações. Além dos negros, o decreto presidencial estendeu a reserva de 20% das vagas para mulheres e 5% para deficientes físicos.

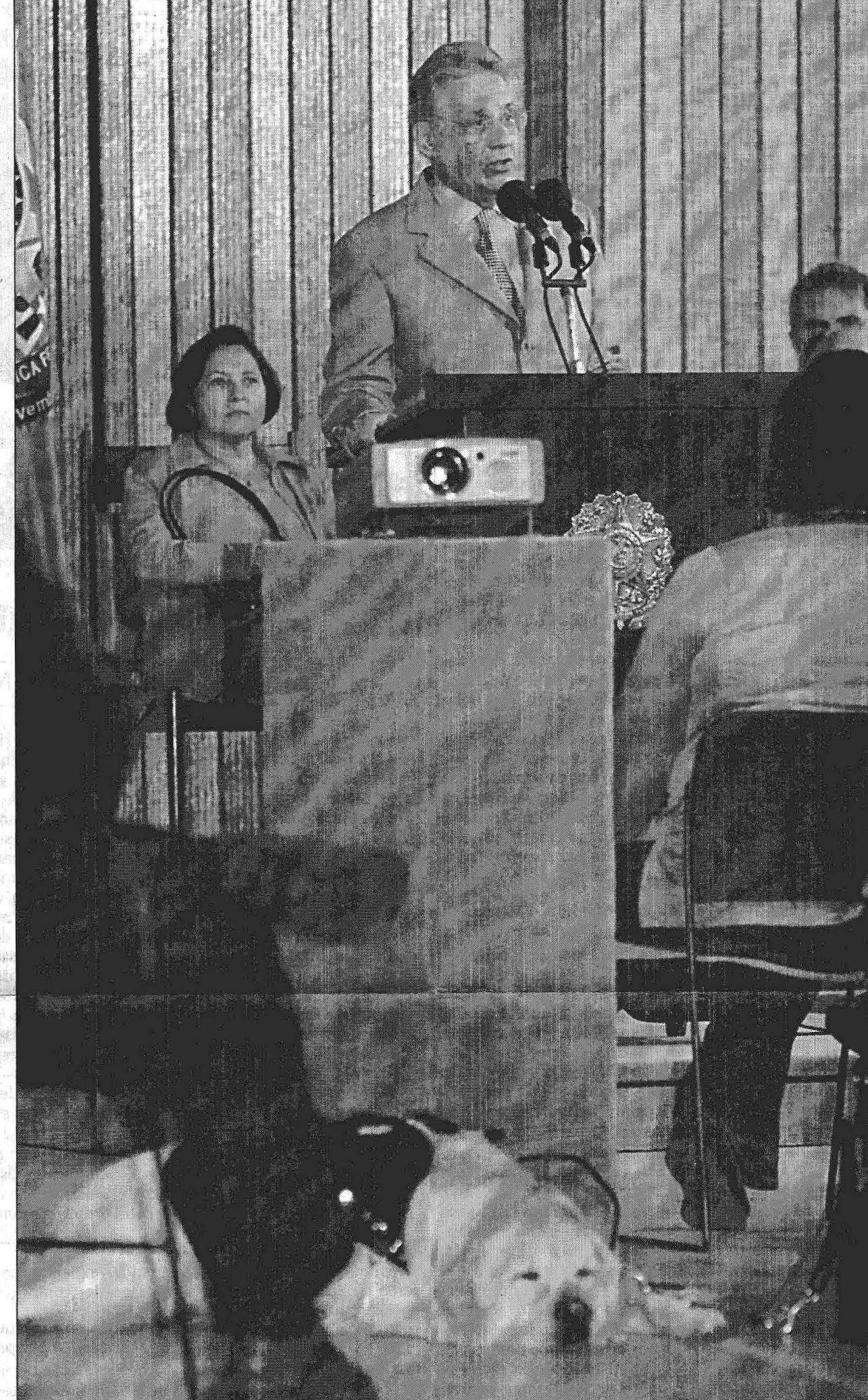
Os mesmos percentuais serão respeitados no preenchimento de cargos de confiança — que dispensam concurso público — e em vagas terceirizadas, como convênios com outras instituições. A contratação de negros, mulheres e deficientes por empresas privadas passa a ser critério de desempate em licitações públicas. Empresas que os empregarem terão mais chances de vencer uma concorrência.

— A implantação de uma política inclusiva, que favoreça a diversidade e a representatividade dos diferentes grupos sociais e raciais, só trará benefícios ao país — disse Fernando Henrique.

O programa de direitos humanos ainda trata o aborto como caso de saúde pública e afirma que deve ser garantido às mulheres o acesso a esse serviço na rede pública, nos casos previstos em lei: gravidez fruto de estupro e gravidez que põe em risco a vida da mãe.

O discurso do presidente foi traduzido em linguagem dos sinais, para que pudesse ser acompanhado pelos deficientes auditivos. Na plateia, um convidado especial: o cão-guia americano Gem, um labrador de 6 anos. O cachorro passeou pelo salão e ficou calmamente na cerimônia, apesar do barulho. O labrador acompanhava a professora Ethel Rosenfeld, de 56 anos, cega desde 13. Segundo ela, há apenas 17 cães-guia para cegos no Brasil.

Ailton de Freitas



FERNANDO HENRIQUE discursa no lançamento do Programa de Direitos Humanos. Embaixo, o cão de uma deficiente visual